



19/04/2017 - Telesíntese

## Decretada falência de empresas do grupo Oi na Holanda

**Companhia diz que decisão não afeta operação local e que as empresas seguem em recuperação judicial no Brasil. Mercado reagiu positivamente, com valorização das ações na bolsa de São Paulo.**

A Corte de Apelação da Holanda decidiu converter em falência os procedimentos de "suspensão de pagamentos" dos veículos financeiros da Oi no país. A medida afeta as subsidiárias Oi Brasil Holdings Coöperatief UA e Portugal Telecom International Finance B.V. A decisão foi tomada nesta quarta-feira pelo tribunal.

A Oi confirmou a decisão, resultado de um pedido realizado em dezembro pelos administradores judiciais locais das empresas. A Justiça holandesa chegou a recusar o pedido. Credores então apelaram da decisão.

Segundo o grupo Oi, a falência se restringe apenas às empresas que operam títulos financeiros na Holanda, pode ser revertida, e não tem efeito sobre as subsidiárias no Brasil. "Esta decisão está restrita à jurisdição e lei holandesas, não é definitiva e está sujeita a recurso perante a Suprema Corte Holandesa. A Oi reitera que Oi Brasil Holdings e PTIF continuam em recuperação judicial no Brasil", diz a companhia. Não

diz, no entanto, se vai recorrer.

A operadora afirma, ainda, que a falência das subsidiárias do país europeu não afeta o funcionamento nem prestação de serviços aqui. "A presente decisão não tem impacto sobre o dia a dia da companhia e suas atividades operacionais. A Oi continua com sua operação saudável e forte atuação comercial, mantendo suas vendas, instalações, manutenção e investimentos", afirma, em comunicado.

Por fim, diz continuar negociando com credores, potenciais investidores e outros stakeholders um plano de recuperação judicial. "O objetivo é assegurar uma proposta que garanta a viabilidade operacional e a sustentabilidade da Companhia e que atenda a todas as partes interessadas de forma equilibrada, permitindo que a Oi saia mais fortalecida ao final deste processo", conclui.

O mercado reagiu bem à decisão. As ações ordinárias terminaram o dia com alta de 5,92%, enquanto as preferenciais, de 1,35%.

19/04/2017 - Telesíntese

## Parlamentares entram com representação contra edital que privatiza o satélite da Telebras

**A representação foi encaminhada hoje ao Ministério Público Federal e ao TCU. A deputada Margarida Salomão diz que a venda da capacidade do satélite para operadoras privadas, prevista no edital, ignora o caráter social do projeto inicial de levar banda larga de qualidade para todo o país, a preços acessíveis**

A deputada federal Margarida Salomão (PT-MG) informou que dará entrada nesta quarta-feira, 19, com representação no Ministério Público Federal (MPF) e no Tribunal de Contas da União (TCU) contra a privatização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Ela alega que o governo atual está abandonando o caráter público do satélite e que as grandes operadoras de telecom, que comprarem capacidade do SGDC, serão beneficiadas, sem exigência de qualquer meta de universalização ou preço mínimo de venda.

A representação conta com apoio de outros deputados e senadores do PT, do PMDB, do PSOL, do PDT, do PCdoB e da Rede. Também assinam a representação entidades da sociedade civil como Proteste e FNDC.

Segundo a deputada, o projeto teve investimento de mais de R\$ 2 bilhões para levar banda larga às escolas, postos de saúde, hospitais, postos de fronteira, especialmente na região amazônica e em outras regiões de

baixa densidade demográfica. Margarida Salomão destacou que o projeto previa acesso à internet a preços acessíveis por meio da mediação de pequenos provedores de acesso a internet, alternativa abandonada pelo governo Temer.

O edital diz que sairá vencedora do leilão a empresa que ofertar o maior valor para explorar a concessão. No entanto, o preço mínimo exigido está mantido sob sigilo, explica Margarida Salomão. "Considerando que o satélite foi fruto de um grande investimento público, e que, no mínimo, o valor pago precisa retornar para nosso país, tememos que esse sigilo tire de nós essa garantia. Essa medida contraria aos princípios da transparência e moralidade, publicidade e interesse público", afirmou a deputada.

Além disso, o mais grave, aponta a parlamentar, é o descumprimento da missão social do projeto. "O edital não exige das empresas nenhuma meta de cobertura, universalização ou preço mínimo do serviço. Não foi sequer

utilizada a tradicional mescla entre áreas nobres com áreas pouco rentáveis. O citado edital exige apenas o vago 'cumprir' as metas do PNBL", explica.

### Assinaturas

Assinam a representação o líder do PT na Câmara dos Deputados, Carlos Zarattini (SP), os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Fátima Bezerra (PT-RN), Roberto Requião (PMDB-PR) e os deputados Luiza Erundina (Psol-SP), Luciana Santos (PCdoB-PE), André Figueiredo (PDT-CE) e Alessandro Molon (Rede-RJ).

As entidades representativas da sociedade civil que subscrevem a representação são: Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor; Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; Associação Internet Sem Fronteiras – Brasil; Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; IBIDEM – Instituto Beta para Internet e Democracia; Coletivo Digital; Actantes; Instituto Nupef .

19/04/2017 - Telesíntese

## TIM vai distribuir R\$ 148,6 milhões em dividendos

### Assembleia de acionistas aprovou o valor e também elegeu os novos integrantes do conselho de administração

Os acionistas da TIM confirmaram, em assembleia geral realizada hoje, 19, o valor e data de distribuição dos dividendos da companhia referentes ao resultado de 2016. Serão destinados R\$ 148,6 milhões a quem tiver ações da empresa em 19 de junho. A data ex é 19 de abril (hoje). O valor decidido é o mínimo estabelecido pelo estatuto social do grupo. Cada ação terá direito a receber R\$0,61425357.

A assembleia também aprovou a nova formação do conselho de administração da TIM Brasil. Ficam mantidos Alberto Whitaker, Herculano Alves, Manoel Horácio, e Stefano De Angelis, também CEO da operadora. Entram Enrico Barsotti, Enrico Zampone, Elisabetta Colacchia, Nicoletta Montella, Sabrina Valenza e Mario Cesar Pereira de Araujo. O mandato vai até 2019.

19/04/2017 - Convergência Digital

## Investimento em TI resiste à turbulência da economia e da política

Os investimentos em TI nas empresas não foram reduzidos pela turbulência da economia e da política no Brasil em 2016, o que é considerado uma surpresa pelo professor Fernando Meirelles, professor da FGV e responsável pela 28ª Pesquisa Anual do Uso de TI nas Empresas, divulgada nesta quarta-feira, 19/04. "Eu tinha convicção que esse número ia cair pela primeira vez em 30 anos e chequei por 32 vezes para assegurar que os investimentos estavam mantidos", afirmou o especialista. Hoje, segundo a FGV, TI representa 8% do Produto Interno Bruto do Brasil.

O investimento em TI, e aqui é especificamente na área de TI, apesar de Meirelles ressaltar que cada vez mais Comunicação está sendo incorporada ao orçamento de TI, ficou em 7,6% em 2016, o mesmo montante reportado em 2014 e 2015, também anos de crise e recessão. Para 2017, a previsão é que esse índice se mantenha. "A informatização chegou para valer. Ela obriga as empresas a investirem em TI",

diz o professor da FGV.

Os bancos são de longe os que mais investem em Tecnologia da Informação com 14% da receita e um custo anual por usuário, ou o quanto as empresas gastam de tecnologia dividido pelo número de funcionários que usam tecnologia, ficou em R\$ 86 mil. Serviços, por conta dos bancos, é o segmento que mais investiu em TI - 11% da receita. Na indústria, a média de investimentos e gastos é de 4,5%, enquanto no comércio o valor fica em 3,5%. "Os supermercados brasileiros, inclusive os de controle multinacional, estão muito atrasados no uso da TI", adverte o especialista.

Há dois anos, o estudo da FGV alertava que para cada 1% a mais de gasto e investimento em TI, depois de dois anos, o lucro das companhias aumentou 7%. E essa proporção segue válida em 2017. "TI é o diferencial ainda mais em tempos de ruptura como a que está sendo provocada pelos smartphones", completa Fernando Meirelles.

19/04/2017 - CUT

## CUT/Vox Populi: Para 68% dos entrevistados, procuradores erraram ao acusar Lula

### Pesquisa mostra que aumentam os que acham que Lava Jato é injusta com Lula

Entre novembro de 2015 e abril deste ano, caiu de 44% para 25% o percentual de brasileiros que se interessavam muito pela Lava Jato no início e continuam muito interessados. O percentual dos que se interessavam muito, mas agora acompanham com pouco interesse ficou estável, variou de 19% para 18%, no mesmo período. E o percentual dos que nunca tiveram interesse aumentou de 13% para 22%.

Depois de três anos de manchetes sensacionalistas, vazamentos seletivos, muita distorção e perseguição a Lula, os brasileiros começam a perder o interesse pela Operação Lava Jato.

Para Marcos Coimbra, diretor do Vox Populi, os teóricos e estudiosos da comunicação de massas, que acreditavam ser mais fácil manipular aqueles que se informam apenas por meio da mídia tradicional – jornais e revistas, televisão e rádio –, precisam revisar seus conceitos. "Hoje, com as redes sociais e os blogs progressistas, as pessoas se informam por meio de diversas fontes. Enganam-se aqueles que acham que podem manipular a notícia como no passado".

Segundo ele, o povo começa a perceber a manipulação, o espetáculo midiático, o excesso de notícias e tratamento diferenciado dado aos políticos delatados na Operação Lava Jato.

Lula não é culpado e procuradores não são isentos nem justos

Caiu de 55% para 49%, entre dezembro do ano passado e abril deste ano, o percentual de brasileiros que acham que Lula é culpado; e aumentou de 28% para 34% o dos que acham que Lula NÃO é culpado. Apenas 17% não responderam.

Mais pessoas também estão tendo a percepção de que os procuradores atacam mais Lula e os petistas e de que não são justos: de 37% em dezembro para 42% em abril. Até entre os que consideram os procuradores justos, que tratam todos os políticos da mesma maneira, a adesão aos métodos da Lava Jato vem caindo: Em dezembro, 51% acreditavam na justiça e isenção da Força Tarefa, em abril eram 45%.

Leia mais em: <http://migre.me/wtgYR>





20/04/2017- Carta Maior

## Paulo Kliass: Juros e inflação: o triunfo da tragédia

**De acordo com narrativa construída por articuladores no Congresso em simbiose com padrões do financismo, tudo se resolveria com o afastamento da Presidenta**

Os grandes meios de comunicação não se furtam a enaltecer - dia sim, outro também – as supostos competências e virtudes da equipe econômica do governo que se notabiliza a cada dia que passa em somar mais integrantes nas listas de denúncias de corrupção e escândalos envolvendo recursos públicos.

Afinal, de acordo com a narrativa construída pelos articuladores do golpeachment no Congresso Nacional em simbiose com os padrões do financismo, tudo se resolveria com o afastamento da Presidenta reeleita em outubro de 2014. Bastaria compor uma equipe de governo que rompesse com as experiências ditas populistas e bolivarianas do período anterior para que o Brasil adentrasse o espaço do paraíso da estabilidade.

Como o mote da aventura irresponsável do golpe institucional havia sido a temática das “pedaladas fiscais”, criou-se um mito a respeito da irresponsabilidade na condução da política fiscal e o consequente descontrole da evolução dos preços. A política macroeconômica teria perdido completamente a credibilidade e apenas a entrega dos postos chave aos homens do sistema financeiro teria condições de restabelecer a ordem. Amém!

### **Golpeachment e consolidação do austericídio**

E assim foi feito, tudo de acordo com as articulações conduzidas a partir do interior do Palácio do Jaburu, a residência oficial do Vice Presidente eleito na mesma chapa de Dilma. De pouca valia foram as tentativas ingênuas - senão oportunistas – patrocinadas por ela de se firmar como uma interlocutora confiável junto aos interesses do financismo. Nomeou o indicado pelo Banco Bradesco para o Ministério da Fazenda, mas nem mesmo o austericídio perpetrado por Joaquim Levy como verdadeiro estelionato eleitoral do programa da candidata funcionou como estratégia eficaz de sobrevivência política.

A consumação do afastamento de forma ilegítima abriu a avenida para que o “conservadorismo autêntico” tomasse conta da Esplanada dos Ministérios. A partir da usuração levada a cabo por Temer, não mais haveria a terceirização da defesa dos interes-

ses do financismo. A duplinha dinâmica dos banqueiros Meirelles e Goldfajn assume de forma efetiva e integral a definição da política econômica do governo. O discurso a respeito da necessidade de impor a austeridade fiscal a qualquer custo não encontra mais a menor resistência dentre os demais ocupantes de cargos no primeiro escalão.

Estava sendo iniciada a contagem regressiva para a entrada em ação da fadinha mágica das expectativas. Uma equipe econômica sólida e competente, formada por técnicos do mais alto gabarito técnico, finalmente abria as portas para a retomada do crescimento. A concentração de poderes em torno da equipe econômica e a ocupação de postos estratégicos pelos quadros emanados do tucanato se orientam para a etapa de consolidação do desmonte do Estado brasileiro. Por um lado, a destruição dos poucos fundamentos do projeto de Estado de Bem Estar Social tal como previsto em nosso texto constitucional. De outro lado, a rapinagem da privatização e da liquidação do patrimônio público nacional a toque de caixa. Uma verdadeira corrida contra o relógio para implementação de uma coleção de maldades.

### **Fadinha mágica das expectativas não compareceu**

No entanto, qualquer manual básico de economia pondera bastante o suposto efeito das expectativas para qualquer processo de decisão de investimento e de ampliação da capacidade econômica em escala micro ou macro. O espírito animal dos empreendedores capitalistas não se move apenas para apoiar um governo mais identificado com seus próprios interesses de classe. O interesse fundamental para a decisão de ampliar a capacidade capitalista refere-se aos lucros potenciais oferecidos pelo novo investimento.

E essa aparente contradição entre o discurso e a iniciativa do empreendedor era explicitado de forma bastante objetiva pelas pesquisas de opinião junto aos investidores. A grande maioria se dizia otimista a partir da mudança de governo e achava que finalmente o país estava no rumo certo. No entanto, quando indagados a respeito de novos investimentos

em sua própria empresa, as respostas eram evasivas ou negativas. Todos achavam ótimo que o equipe econômica fosse séria e competente. Mas quase ninguém se arriscava transformar esse desejo e essa torcida em decisões objetivas de ampliar sua própria capacidade empresarial.

O aprofundamento do austericídio aparenta ser a melhor resposta para tal paradoxo. Desemprego e recessão não costumam se apresentar como os melhores ingredientes para aumento da demanda em uma economia capitalista. A continuidade da crise não se converte em incentivo para aumento das vendas ou melhoria dos negócios. A ausência de políticas públicas de natureza contracíclica não contribui para melhorar as expectativas de melhoria do cenário econômico futuro.

O único argumento de que o governo pode se valer é que foram realmente bem eficazes no patrocínio do desastre em que se transformou a sociedade brasileira. Ao colocar em marcha o roteiro do conservadorismo ortodoxo mais tacanho, conseguiram mesmo promover a desgraça da redução da demanda. Aprofundaram a desindustrialização, contribuíram para o fenômeno da falência em múltipla escala, se regozijaram com a explosão dos índices do desemprego pelo Brasil afora, festejaram a generalização do mercado informal de trabalho e vibraram finalmente com a redução dos rendimentos dos salários.

Custo social da queda da inflação e juros

Frente a esse quadro terrível, seria mesmo natural que os índices de inflação fossem reduzidos. Não por conta de alguma sabedoria mágica que estivesse a embasar as decisões do COPOM, mas tão simplesmente em razão da supressão forçada da capacidade da demanda. O crescimento dos preços verificado por meio do desempenho do IPCA caiu mesmo de 9,4% em março de 2016 para 4,6% em março desse ano. No entanto, o custo social de tal movimento é intolerável e não há argumento econômico que resista ao impacto do drama social em que o Brasil se viu mergulhado para tanto.

Leia mais em: <http://migre.me/wtgHF>

19/04/2017 - RBA

## Greve geral contra reformas marca jornada de lutas do MST

**Em ato de desocupação do Ministério da Fazenda e do Incra em Porto Alegre, MST, CUT-RS e movimentos sociais selam união para a greve geral do dia 28 contra reformas de Temer**

A unidade entre trabalhadores do campo e da cidade e os movimentos sociais na construção da greve geral do próximo dia 28, contra o projeto de reforma da Previdência de Michel Temer, contra a reforma trabalhista e a lei da terceirização, marcou o ato de desocupação do pátio da sede do Ministério da Fazenda e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Porto Alegre, no início da tarde de hoje (19).



Parte da jornada nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela reforma agrária, a ocupação teve início na segunda-feira (17), quando o assassinato de 21 trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, no Pará, completou 21 anos.

A desocupação ocorreu após audiências com representantes dos governos gaúcho e federal. Em outros estados, porém, seguem as ocupações nas quais são reivindicados mais assentamentos e investimentos em infraestrutura para as famílias assentadas. É o caso de abertura e melhoria de estradas para escoar a produção de alimentos, além de assistência técnica e financiamento.

Integrante da coordenação do MST, Sílvia Reis Marques destacou a unidade entre os camponeses e trabalhadores da cidade na resistência aos ataques aos direitos de toda a classe trabalhadora. "Fizemos a grande jornada nacional pela reforma agrária e colocamos o debate que vai para além da denúncia do massacre contra os trabalhadores e a luta pela terra. É a produção de alimentos saudáveis para todos, é uma outra relação com o ser humano e a natureza. Mas também contra essa retirada de direitos que afeta a toda a população, urbana e rural, em direitos que conquistamos com muita luta e muito sacrifício", conta, destacando o auxílio-maternidade e o auxílio-doença, entre outros.

"Um ataque que atinge os camponeses, as mulheres especialmente, que se dedicam a um trabalho que ao mesmo tempo é prazeroso e pesado, a economia do campo. Tem municípios pequenos que vão à falência, sem recursos das aposentadorias rurais. É um massacre, uma violência sem tamanho."

A liderança do MST destacou ainda o avanço de projetos que beneficiam estrangeiros, empresas transnacionais, como a Medida Provisória 759/2016, mais conhecida como MP da regularização fundiária. "Na sua essência, vai beneficiar o agronegócio feroz, a compra de assentamentos, e regularizar áreas griladas, favorecendo o latifúndio e tirando terra daqueles que produzem alimentos." Ela destacou que, no Rio Grande do Sul, os militantes voltam para suas bases para centrar força na organização da greve geral.

Na avaliação do presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo, o "abril vermelho" do MST de 2017 acontece em meio ao pior período da

história para toda a classe trabalhadora brasileira.

"Para além das pautas justas da Via Campesina e do MST quanto à produção de alimento saudável, temos em curso uma reforma que afeta todos os trabalhadores do campo e da cidade. Por isso a CUT não poderia estar em outro lugar num dia como hoje, quando estão encerrando uma das fases do abril vermelho, prestando toda solidariedade a uma luta que é específica e agradecendo apoio que

nos tem dado ao caminhar junto com a gente na resistência e lutas contra o desmonte da CLT e da Previdência", afirmou.

Essa solidariedade campo-cidade, Via Campesina, MST e outras organizações do campo que compõem a Frente Brasil Popular, conforme destacou, está permitindo a organização da greve geral. "Apesar de descentralizada e com o envolvimento de todas as organizações rurais e urbanas, o comando é único: parar tudo", disse. De acordo com Nespolo, as estradas federais deverão ser travadas no RS pela ação dos trabalhadores camponeses.

Para o dirigente, essa unidade vai fazer a diferença no dia 28. "Uma demonstração de grande resistência que terá essa atual correlação de forças dentro do Congresso Nacional, que tenta tirar os direitos no Brasil. No dia 28 começará um período de grande resistência, com o povo na rua. Esse é o primeiro passo."

Ele considera que o governo Temer teme a dimensão e os efeitos da greve geral, tanto que junto com seus aliados vem tentando manobras para "antecipar o golpe à CLT". Nespolo acredita que o governo e seus aliados "estão se borrando de medo da greve geral e das eleições, em 2018. Para ele, "o jacaré está abrindo a boca". A expressão, segundo o dirigente, significa que parcelas significativas da população estão se conscientizando da gravidade do momento. "Por isso estão vindo para nossas trincheiras. Isso organiza melhor a luta e a resistência", diz.

"Os parlamentares da base de Temer estão começando a se mexer. Aqui no Rio Grande do Sul acertamos a tática, junto com a Via Campesina. Nós estamos pegando os deputados em sua base eleitoral. A gente mapeou bases, colocando nos postes fotos desses parlamentares, distribuimos panfletos, botamos carro de som para circular. A base do Temer tem medo de que sua base saiba que ele apoia Temer." Segundo ele, os trabalhadores no metrô de Porto Alegre já decidiram, em assembleia, paralisar as atividades no dia 28.

O dirigente não descarta a organização de movimentos com paralisações de maior duração. "Em último recurso, a greve geral por tempo indeterminado. Porque se a gente não conseguir com 24 horas de greve geral, com 48 horas de greve geral, aí vamos ter de ir para o enfrentamento geral. Mas isso, num curto prazo, ainda não está no cenário."